

Política

ALVOS DE INVESTIGAÇÕES

Políticos temem repercussão de ações no voto

Segundo deputados estaduais, a imagem de pretensos candidatos é afetada antes mesmo de eventuais condenações

No atual cenário de fragilização da classe política, ações do Ministério Público (MP) e da Polícia Federal (PF) autorizadas por integrantes do Poder Judiciário contra detentores de mandatos ou integrantes dos governos federal, estaduais e municipais têm gerado apreensão em muitos políticos que pretendem disputar votos no pleito deste ano, principalmente pelo fato de uma investigação já transformar o envolvido em eventuais denúncias em réu na Justiça.

Para deputados estaduais entrevistados pelo *Diário do Nordeste*, ações contra políticos serão determinantes para algumas postulações no pleito de outubro próximo, assim como as chamadas “fake news”. Segundo disseram, ainda que seja inocentado a posteriori, o político já é julgado apenas por ser mencionado em determinados inquéritos.

Na avaliação do deputado Heitor Férrer (SD), pessoas envolvidas em escândalos, quando da divulgação de seus atos irregulares, acabam por macular toda a figura pública. Segundo ele, a sociedade, há algum tempo, está atenta a ilícitos, o que aumenta a responsabilidade do Ministério Público, da Receita Federal e da Polícia Federal.

“O mandato de um juiz federal não é algo desprezível. Não há dano maior do que restringir a liberdade de alguém. O eleitor



Em busca da reeleição, deputados avaliam que políticos citados em inquéritos são julgados pelo eleitor, mesmo que sejam inocentados depois. FOTO: JOSÉ LEOMAR

precisa estar atento, porque é indício de que aquela pessoa tem mácula”, ressaltou.

Notícias falsas

José Sarto (PDT), por sua vez, disse que vê com preocupação algumas ações protagonizadas pela Polícia Federal, assim como as chamadas “fake news”, que podem ser definidoras para algumas candidaturas. “Antigamente se dizia que ligo jogado não volta mais atrás, e tem coisas que não dá mais para se recuperar”, citou, ao criticar a repercussão de algumas investigações que prejudicam figuras públicas.

“Há casos em que se estampam manchetes nos jornais, vão para as rádios, e não cinco anos, vem de forma minúscula. Daqui que o afetado repare sua per-

Na AL, alguns parlamentares também acreditam que as “fake news” podem representar obstáculos durante as campanhas

da, já passou-se a eleição, até porque vivemos um momento de ânimos alterados”, afirmou.

Elmano de Freitas (PT) lembrou que nos governos de Lula e Dilma Rousseff houve um “considerável” fortalecimento da Polícia Federal e da Justiça Federal. De acordo com ele, as ações de órgãos de fiscalização são corretas, mas é preciso discutir o

Ação

POPULAR. O deputado Heitor Férrer (SD) deu entrada, ontem, na Justiça Estadual, em ação popular contra a nomeação de Hélio Parente para o Governo Camilo



Nomeação

QUESTIONADA. Para Heitor, Parente não pode assumir o cargo de Assessor para Assuntos Internacionais do Governo por ser conselheiro em disponibilidade do TCE

PAULO CESAR NORÕES

pcnoroes@diariodonordeste.com.br



O perigo mora ao lado

■ O assassinato do diretor do Fortaleza, Roberto Studart, gerou comoção. E não poderia ser diferente. Quem teve o privilégio de conhecer e conviver com o Betinho - como a gente carinhosamente chamava - reconhecia nele as qualidades de um bom amigo, presente e preocupado com o bem-estar dos que privavam de sua amizade. Mas, a par dessas qualidades, a passagem de Betinho choca - sim, apesar

de tudo, ainda conseguimos nos chocar - pela brutalidade de uma morte gratuita de um cidadão de bem. Mais ainda porque foi com o Betinho como poderia ser com qualquer um de nós. É essa vulnerabilidade que nos deixa a todos assustados. A Polícia foi rápida, prendeu os assassinos. Parabéns! Pena que nem isso nos sirva mais de alívio. Como, se há centenas de outros assassinos à espreita? Que Deus nos proteja!

Jogo político

■ Assassinato de Betinho Studart, assim como o da universitária Cecília, semana passada, é mais combustível a manter a violência como principal pauta do debate político. Não à toa, ecoou nos discursos indignados de opositores do governo na Câmara de Fortaleza, Assembleia e até na Câmara Federal. Camilo responde com ação rápida da Polícia na prisão dos assassinos e o anúncio de mais 1.400 novos PMs nas ruas em junho.



Prevenção

■ Ninguém pode negar os altos investimentos que o governo Camilo vem fazendo na área de segurança. Por outro lado, pode-se discutir o tipo de investimento. É recorrente, por exemplo, a queixa de policiais civis de que a categoria recebe bem menos investimentos do que a PM. Reclamação pertinente, levando-se em conta que o trabalho de uma complementa o da outra.

Revisão

■ O ideal, talvez, fosse rever o modelo de segurança pública. Uma força única executando as funções judiciário-investigativa e ostensivo-preventiva, fazendo, assim, o chamado “ciclo completo de Polícia”, como acontece, com sucesso, em outros países. Mas, para isso, seria necessário alterar a Constituição de 1988, que institucionalizou esse modelo que aí está, com polícias civis e militares.

Em Brasília

■ Associação Brasileira de Agências Reguladoras terá novo presidente a partir de hoje. O advogado Fernando Alfredo Franco, conselheiro da Agência Reguladora do Ceará, Franco será o primeiro presidente a despachar na nova sede da Abar, inaugurada ontem. Presentes conselheiros de todo o Brasil e seus pares da Arce, a partir do presidente Hélio Winston Leitão.

De olho no SUS

■ Deputado Odorico Monteiro (PSB) assumiu a vice-presidência da Comissão de Seguridade Social, Saúde e Família, a maior da Câmara Federal depois da de Constituição e Justiça. Prioridade: questões de financiamento do Sistema Único de Saúde e pesquisa clínica envolvendo o desenvolvimento e incorporação de novos medicamentos ao SUS.

PROPOSTA DA PREFEITURA

Câmara aprova vagas de táxis

A Câmara Municipal de Fortaleza aprovou, ontem, em segunda discussão, mensagem da Prefeitura que emenda a Lei Orgânica do Município (LOM), aumentando as vagas de táxis na Capital. De acordo com o projeto aprovado, a proporção de vagas vai de uma para cada 500 habitantes para uma a cada 325 moradores. A expectativa é de que isso represente uma ampliação de cerca de três mil novas vagas de táxis em Fortaleza.

A matéria, agora, deve ser votada em redação final, na qual se analisa apenas se a proposição a ser publicada em Diário Oficial está conforme o que foi aprovado em plenário, e promulgada pela Mesa Diretora da Casa.

O texto recebeu uma emenda coletiva de vereadores. A proposta adicionou à Lei Orgânica a possibilidade de serviços de interesse público serem exercidos através do regime de autorização. O texto em vigor só o permite através de concessão e permissão. De acordo com o líder do prefeito na Casa, Ézio Feitosa (PPL), a mudança é uma demanda dos rendeiros - motoristas que alugam vagas de táxis.

A mudança na LOM é parte de um pacote da Prefeitura para o setor de transportes. Além da Mensagem aprovada ontem, outros dois projetos seguem sob análise. Um deles moderniza o

sistema de táxis, dando maior flexibilidade para a concessão de descontos e criando a obrigação de cadastro biométrico dos motoristas. Presidente da comissão de debate as matérias, Acrísio Sena (PT) é autor da única emenda ao projeto, determinando que a idade máxima dos veículos seja de oito, e não cinco anos, como deseja o Executivo.

Transporte privado

O tema é um dos principais debates em torno da segunda Mensagem em discussão, que regulamenta o transporte individual privado - categoria na qual se incluem empresas como Uber e 99Pop. Os motoristas da modalidade querem a ampliação da idade do veículo para, pelo menos, dez anos, que é a idade aceita pela Uber atualmente.

Acrísio defendeu que as emendas às duas Mensagens sejam debatidas em conjunto. O tema será discutido em uma audiência pública na quinta (26), na Câmara. A expectativa era de que as emendas fossem discutidas no dia seguinte. Entretanto, ontem, na reunião que deveria analisar o parecer do relator Ézio Feitosa à regulamentação da modalidade de transporte privado, Guilherme Sampaio (PT), Soldado Noelio (PR), Márcio Cruz (PSD) e Emanuel Acrísio (PRP) solicitaram vistas ao projeto.

PARA A SANTA CASA

Opositor cobra repasse do Estado

O deputado Heitor Férrer (SD) reclamou, na tribuna da Assembleia Legislativa, ontem, mais repasses do Governo do Estado para a Santa Casa de Misericórdia, em Fortaleza, que, segundo ele, passa por uma “crise financeira”. Em razão dos poucos recursos destinados à entidade, ele disse que 600 cirurgias, em média, deixam de ser realizadas por mês. Governistas, no entanto, frisaram que a Santa Casa é uma entidade filantrópica e, portanto, não há “obrigação” do Estado em custeá-la.

“Na Santa Casa, no espelho de 2017, a receita SUS foi R\$ 41 milhões, o Município repassou R\$ 36 milhões, vindos do Ministério da Saúde, e o Estado, R\$ 4 milhões no ano, o que dá, por mês, R\$ 347 mil. Enquanto a Santa Casa recebeu R\$ 23 milhões no ano de 2016, o Hospital Waldemar de Alcântara recebeu R\$ 87 milhões (Tesouro Estadual) com R\$ 43 milhões (SUS), que dá R\$ 120 milhões. Quando chega no dia 15, por falta de dinheiro, que o Estado não tinha como fazer esse suporte, deixamos de fazer 50 cirurgias por dia”.

Segundo o parlamentar, o valor do repasse do Estado deve ser mantido em 2018. Ele disse que a direção do hospital espera por uma audiência com o governador Camilo Santana (PT), prometida por ele, que ainda não foi

acompanhamento constante da imprensa nessas operações, bem como a “espetacularização” em determinados momentos. “Uma pessoa pode ser investigada e ser inocente, mas ela já foi condenada sem poder se defender. Temos que discutir isso no âmbito do processo penal”.

Presidente do Legislativo, o deputado Zezinho Albuquerque (PDT) destacou que as operações em curso já há algum tempo não ajudam na melhoria da imagem do homem público. Segundo disse, há casos em que parlamentares são denunciados e absolvidos, mas a opinião pública faz sua condenação à parte.

“Essas operações vão influenciar no pleito deste ano, não tenho dúvida. Um indício não quer dizer que a pessoa seja condenada, mas aqui que se prove que não havia nada, já fica difícil retomar a situação”, opinou.

Versões

“Eu tenho um temor grande”, disse, por sua vez, o deputado Sérgio Aguiar (PDT). Ele lembrou o caso de suicídio do reitor Luiz Carlos Cancellier de Olivo, investigado pela PF sob a acusação de desvios na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). “Em ato extremo, esse reitor cometeu suicídio. Em seguida, pelo que acompanhei na imprensa, nada foi comprovado contra ele”, pontuou.

Para Aguiar, ações da Justiça devem influenciar boa parte do pleito eleitoral, o que resultará também em um aumento do número de abstenções do eleitorado, diante da decepção de parte da população com a classe política. Ele defendeu, porém, que a abstenção é um “erro expressivo”, visto que aqueles que se abstiverem de votar neste ano não terão o direito à crítica.

Julinho (PPS) destacou que a Polícia deve fazer o seu papel, mas o que não se tem evitado é a utilização dessas ações por parte de adversários políticos para “potencializar o episódio e condenar as pessoas antecipadamente”. Para ele, a população tem a obrigação de escutar as versões apresentadas antes de emitir opinião. “O que não pode é formar uma opinião só porque a classe política está desmoralizada”.

De acordo com Heitor Férrer, em meio a uma crise financeira, a Santa Casa tem deixado de fazer, em média, 600 cirurgias por mês

realizada. Heitor Férrer disse que irá elaborar um requerimento para que o chefe do Executivo Estadual receba o provedor da Santa Casa.

Médico, o deputado Leonardo Pinheiro (PP) ponderou, em discurso, que a Santa Casa é uma entidade filantrópica e que, portanto, o Governo do Estado não tem a obrigação de destinar recursos para o hospital, embora seja importante mantê-lo “pelos relevantes serviços que presta à população cearense”.

Já o deputado Elmano de Freitas (PT) disse que a Santa Casa está entre as entidades que poderão ser contratadas no projeto do Governo do Estado que destinará R\$ 100 milhões para redução da fila de cirurgias eletivas, por meio de convênios com instituições privadas de saúde. O governista reconheceu que a ação não “resolve o problema”, mas ressaltou que “deve significar 20% a mais de cirurgias”.

“

Simboliza o reconhecimento dos vereadores de Fortaleza aos esforços em favor de políticas públicas que garantam direitos das nossas crianças e adolescentes”

CAROL BEZERRA
Primeira-dama de Fortaleza



Tem mais...

Comenda Primeira-dama de Fortaleza, Carol Bezerra, receberá amanhã a Medalha Boticário Ferreira, principal honraria da Câmara Municipal.

Motivo Para edil Carlos Mesquita, autor da homenagem, “é um reconhecimento às ações protagonizadas pela primeira-dama para a promoção de uma Fortaleza Amiga da Criança”.

Sentido! Sobre possível candidatura do general Guilherme Theóphilo a governador, tucano Raimundo Gomes de Matos disse apenas que bate continência. Os dois foram colegas no Colégio Militar de Fortaleza.

Controle Acopiara, Barro, Guaraciaba do Norte, Maracanaú, Sobral e Trairi são os municípios a serem fiscalizados pelo Tribunal de Contas do Estado, no mês de maio. Fiscalização atinge prefeituras e câmaras municipais.